

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA : Nº 25

Data e hora:

09 de junho de 2025, 9:00 horas

Local:

Sala de reunião do IMPAS, Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 306 , bairro Boa Esperança, MG.

Presentes:

Presidente do RPPS

Helenice de Freitas

Membros do Conselho Municipal

Sheila Lisboa Guimarães

Eurípedes dos Santos

Walderez Costa Drumond

Adriana Silva Caldeira

Demais Participantes:

Responsáveis pela Mensurar Investimentos

Charllie Camargos

Pedro Carvalho

Luiz Alves

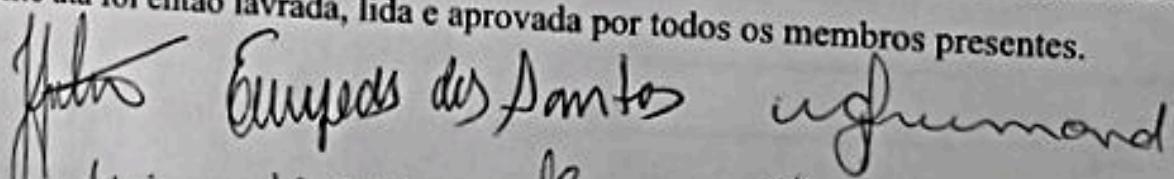
Aos 09 (nove) dias do mês de junho de 2025, a Sra. HELENICE FREITAS, presidente do IMPAS, deu inicio à reunião agradecendo a presença de todos e destacando a pauta do dia: apresentação dos resultados do estudo de *Asset and Liability Management* (ALM), elaborado pela empresa Mensurar Investimentos. Em seguida, passou a palavra ao Sr. PEDRO CARVALHO. O Sr. PEDRO CARVALHO iniciou sua exposição contextualizando o cenário econômico atual, com a apresentação de dados referentes à inflação, taxa de juros e panorama internacional. Ressaltou que o entendimento desse cenário é fundamental, uma vez que os dados utilizados para a estimativa dos índices de renda fixa e variável adotados no estudo foram baseados nesse contexto macroeconômico. Na sequência, foi apresentada a metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo da carteira ótima, fundamentada no modelo de Markowitz.

Os cálculos consideraram o fluxo atuarial do IMPAS, o cenário econômico prospectivo, o perfil de alocação do Instituto e as particularidades da carteira atual, incluindo as alocações provenientes dos aportes suplementares em Letras Financeiras. O estudo utilizou dados econômicos dos últimos 15 anos e realizou 100.000 (cem mil) simulações de portfólio, dos quais foram selecionados os três com melhor desempenho. Dentre estes, o que apresentou o melhor índice de Sharpe foi analisado quanto à contribuição dos retornos para a solvência do IMPAS, em um horizonte de 10 anos. Os testes indicaram uma solvência acima de 1, valor mínimo recomendado, porém com margens de segurança limitadas. A carteira ótima resultante foi composta da seguinte forma:

- 20% em CDI;
- 9,25% em IMA-B 5;
- 10% em IRF-M 1;
- 0,05% em Ibovespa;
- 0,40% em S&P 500 com hedge cambial;
- 18,46% em Letras Financeiras;
- 41,84% em Títulos Públícos.

As alocações em Letras Financeiras respeitaram a atual política de alocação do IMPAS, voltada para os recursos oriundos do aporte suplementar. Já as alocações em Títulos Públícos foram realizadas com o objetivo de garantir a imunização do passivo atuarial até o ano de 2030. O Sr. CHARLLIE CAMARGOS explicou que há um descasamento entre receitas e despesas projetado no fluxo atuarial, já a partir do ano vigente. Tal situação decorre do déficit evidenciado na última avaliação atuarial. Na sequência, foram apresentados dados relativos à massa de segurados, destacando-se sua idade média avançada e o impacto disso sobre o fluxo financeiro do Instituto. Informou-se que, para cobrir integralmente o descasamento entre receitas e despesas, os recursos atuais do IMPAS precisariam apresentar uma TIR (Taxa Interna de Retorno) real superior a 18% ao ano, patamar para o qual não existem, atualmente, ativos elegíveis para investimento pelo Instituto. Diante desse cenário, o Sr. CHARLLIE CAMARGOS sugeriu a adoção de uma estratégia de imunização gradual, com limite até o ano de 2030, considerando que há disponibilidade de Títulos Públícos com vencimentos anuais até esse período, o que reduziria o risco de liquidez. O Comitê de Investimentos considerou a proposta viável, ficando acordado que, na próxima reunião do colegiado, serão definidos os fundos que deverão ser resgatados para possibilitar a implementação da

nova estratégia de alocação. Os membros do Conselho Municipal de Previdência destacaram a urgência da adoção de estratégias para a melhoria do fluxo atuarial, incluindo medidas como a realização de concursos públicos, reforma previdenciária, entre outras. A presidente do IMPAS, Sra. HELENICE FREITAS, concordou com as observações apresentadas e solicitou o apoio dos conselheiros para que tais demandas fossem levadas ao chefe do Poder Executivo. Comprometeu-se ainda a viabilizar uma agenda com a participação do Prefeito, da presidente do Conselho Municipal de Previdência, da consultoria atuarial e da consultoria de investimentos. Discorreu-se sobre assuntos referentes às concessões de benefícios e dificuldade dos servidores em conseguirem obter a CTC relativo ao tempo de 1991 a 1999, quando as contribuições dos servidores do Município eram destinadas ao RGPS. Atualmente, o INSS justifica que a partir de 1991, os RPPS já havia sido criado, a situação se agrava quando representantes do Ministério da Previdência afirmam que por ocasião da criação do Estatuto do Servidor em 1991, deveria existir um dispositivo que confirmasse a criação da Previdência Municipal para data futura. Foi compartilhado com os Conselheiros sobre a abertura de PADI, afim de revisar atos administrativos de servidores que se aposentaram com paridade/integralidade em 2014, tiveram o processo revisado, mas não houve a alteração junto à folha de pagamento, ou seja, o processo não foi concluído, havendo anecessidade de novo processo (PADI) para verificar a situação. Encerradas as apresentações, análises e discussões previstas na pauta, a reunião foi finalizada. A presente ata foi então lavrada, lida e aprovada por todos os membros presentes.


Jônatas Almeida Guimaraes